



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DAS FINANÇAS

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS FINANÇAS, RICARDO MOURINHO FÉLIX

**Sessão de Encerramento do XXIX Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais
dos Países de Língua Portuguesa**

Banco de Portugal, Largo de S. Julião, Lisboa, 12h

11 DE OUTUBRO DE 2019

Senhor Governador do Banco de Portugal,

Senhores Governadores, Vice-Governadores e Administradores
dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e seus
representantes,

Distintos oradores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Gostaria de começar por agradecer o convite do Banco de
Portugal para vos dirigir umas breves palavras no
encerramento do 29º Encontro de Lisboa entre os Bancos
Centrais dos Países de Língua Portuguesa.



O tema deste encontro - “Implicações da inovação tecnológica na atividade financeira” – tem uma enorme relevância e atualidade.

Foi uma oportunidade única para os representantes de bancos centrais de 4 continentes, na língua que partilhamos, trocarem experiências e discutirem as respostas aos desafios postos pela inovação tecnológica, como sejam:

- os novos modelos de negócios,
- a cibersegurança,
- a inclusão financeira,
- a proteção dos clientes,
- e a prevenção do branqueamento de capitais.

Por mais diferentes que sejam as realidades políticas, sociais e económicas nos nossos países, é bem clara a natureza global da atividade financeira.

E é também clara a necessidade de uma cooperação estreita entre governos, reguladores e bancos centrais:

- para proteger os clientes;
- para aumentar a concorrência;



- e para preservar a estabilidade financeira.

Num mundo globalizado, a revolução digital é um processo imparável, que está a transformar de forma decisiva a oferta de serviços financeiros – e, em particular, os sistemas de pagamentos.

Hoje os cidadãos fazem compras online e transferem meios financeiros para o outro lado do planeta, através do telemóvel, a qualquer momento, em qualquer lugar, de uma forma rápida e barata e que se quer que seja cada vez mais segura.

Mas há muito ainda a fazer para que os sistemas de pagamentos correspondam às expectativas de clientes que estão em constante circulação: sejam eles turistas, expatriados ou emigrantes.

As operações transfronteiriças, por exemplo, continuam a ter um custo elevado, precisamente para quem tem menos recursos.



Segundo dados do Banco Mundial, em 2018, 1 700 milhões de cidadãos continuavam sem acesso a serviços financeiros básicos, ainda que a maioria tivesse telemóvel e acesso à internet.

É por isso natural, que novas soluções de pagamento através de *smartphone*, ou de um simples telemóvel, ganhem novos clientes e ajudem a promover a inclusão financeira.

A oferta de novos serviços financeiros, sejam de *fintech* ou *bigtech*, representa:

- um potencial para a formalização da economia
- mas também um estímulo à competitividade do setor bancário

com menores custos para os cidadãos e um reforço no acesso a crédito.

Os novos negócios, com a chegada das *bigtech*, têm o poder de globalizar e até revolucionar a oferta de serviços financeiros não apenas nas economias avançadas, mas também nas economias emergentes e em desenvolvimento.



Mas que não restem dúvidas. A tecnologia traz vantagens e oportunidades, mas traz, também, riscos associados:

- riscos ao nível da segurança e solidez dos sistemas de pagamento;
- riscos quanto à proteção dos dados pessoais;
- riscos no combate ao branqueamento de capitais;
- mas também riscos para a estabilidade financeira e até para a soberania monetária.

O desafio político passa por aproveitar ao máximo os progressos tecnológicos, sem deixar ninguém para trás. Ou seja, a defesa dos cidadãos, e dos seus interesses, deve estar em primeiro lugar.

Não podemos esquecer-nos que continuará a existir uma parte significativa da população que, por diversas razões, prefere e vai continuar a preferir ir às agências bancárias tradicionais ou ao multibanco. E que vai continuar a usar numerário e cartões físicos.

Nem todos vão passar, de um dia para o outro, a usar canais digitais.



Por mais que a redução da rede de balcões seja um movimento transversal no setor bancário, é necessário continuar a investir para que a literacia digital e a literacia financeira se tornem em fatores de inclusão no acesso a serviços bancários.

Os bancos devem, contudo, continuar a prestar serviços de qualidade e em condições de custo adequadas àqueles que não consigam ou não estejam ainda preparados para acompanhar a era digital.

Outro desafio é encontrar o justo equilíbrio entre as finanças digitais e a regulação e a supervisão financeira. Num tempo de mudanças rápidas existe o risco de regular muito cedo ou, pelo contrário, de regular demasiado tarde.

O quadro legal deve acompanhar a “internet do dinheiro, e de uma forma pró-ativa, garantir um ambiente seguro, competitivo e que cumpra o princípio da neutralidade tecnológica, ou seja,

- que riscos idênticos, em atividades idênticas sejam sujeitos a regras idênticas,



- independentemente da natureza da entidade que preste o serviço.

Regulamentação e inovação não são conceitos antagónicos.

As entidades de regulação e supervisão podem promover a entrada das novas tecnologias, ao remover barreiras à concorrência e ao promover a literacia financeira. Mas o principal desafio passa por continuar a reforçar a confiança na oferta de serviços financeiros.

Os cidadãos têm de acreditar que os seus dados e os seus ativos estão protegidos e seguros. Têm de acreditar que as suas informações são usadas de acordo com a sua aprovação e em seu benefício.

A confiança na tecnologia é essencial para que os cidadãos façam compras online ou usem os serviços financeiros digitais.

A maioria dos cidadãos procura, na realidade, apenas um sistema de pagamentos seguro e fácil de utilizar.

A era digital exige abertura para lidar com múltiplas inovações na órbita do sistema financeiro:



- *o big data,*
- a inteligência artificial,
- *o blockchain,*
- a biometria,
- as criptomoedas,
- as “moedas estáveis”

Esta era exige de todos uma cultura de maior criatividade, flexibilidade, dinamismo, mas também uma certa dose de saudável ceticismo.

Nem toda a novidade é a próxima grande novidade.

Há dez anos, as criptomoedas e a tecnologia que lhe está associada, o *blockchain*, eram a promessa de uma revolução financeira.

Hoje não são um meio de pagamento generalizado, mas tiveram, contudo, alguma aceitação, apesar de sobressaltos técnicos, alta volatilidade e problemas de segurança conhecidos.



Os ‘criptoassets’ funcionam de forma totalmente paralela ao sistema e num contexto global, sem restrições a pagamentos e movimentos de capital.

Senhoras e Senhores,

As “moedas estáveis”, e em particular o projeto libra, aparecem agora como uma evolução dos ativos digitais e como a próxima grande novidade.

Ao contrário de uma criptomoeda, a libra estará indexada a um cabaz de ativos financeiros, o que, em princípio, evitará oscilações bruscas do seu valor.

A libra pode ser a primeira ‘moeda’ privada digital a impor-se. Só o Facebook, uma das multinacionais por detrás do projeto, conta com 2,4 mil milhões de utilizadores.

Falta ainda saber se a libra avançará e, nesse caso, se será um meio de pagamento, um instrumento financeiro ou uma infraestrutura de mercado. É, contudo, claro, desde já, que existem elevados riscos e que o fenómeno tem uma dimensão sistémica.



O facto de a libra poder limitar o alcance das ferramentas tradicionais da política monetária é um deles. Sobretudo se de facto como “moeda” dita “estável” tiver potencial para se impor, nomeadamente de forma rápida em economias com altas taxas de inflação, instituições mais frágeis e um setor financeiro ainda pouco inclusivo.

Um outro risco relacionado com projetos com a libra é a criação de sistemas de pagamento privados, que condicionem de forma determinante as políticas que hoje promovem a estabilidade do setor financeiro.

Alguns governos já se manifestaram contra a implementação da libra, outros são a favor da imposição de obstáculos regulatórios praticamente intransponíveis.

Mas a libra mais que uma resposta regulatória, exige também uma reflexão profunda dos bancos centrais sobre o seu próprio papel e os esforços que podem e devem desenvolver para melhorar os respetivos sistemas de pagamentos.

Governos e Banco centrais têm cada vez mais que acompanhar um mundo que está em acelerada transformação.



Mas é essencial que nenhum projeto de moeda estável opere até que todas as preocupações sejam devidamente acauteladas.

Portugal partilha da preocupação de outros países europeus sobre o projeto libra e aguarda as recomendações do grupo de trabalho do G7 sobre as “moedas estáveis”, que deverão ser conhecidas, nos próximos dias, durante as reuniões do FMI-Banco Mundial.

Por último, gostaria de destacar a importância de uma coordenação internacional, uma vez que os negócios financeiros digitais, ao serem globais, tornam ineficaz uma abordagem unilateral.

A amplitude geográfica, a escala e transversalidade das operações das *bigtech*, por exemplo, torna evidente a necessidade de pensar numa resposta estratégica e regulatória à escala global.

Portugal apoia as iniciativas das Instituições Financeiras Internacionais ao nível da agenda digital.



Portugal defende uma ação reforçada dos bancos multilaterais de desenvolvimento para dar uma resposta efetiva ao desafio da digitalização – por exemplo, através da capacitação dos organismos e da formulação de políticas nacionais adequadas à inovação tecnológica.

Cada vez mais estes projetos podem assumir um carácter regional.

Trabalhamos em conjunto com estas instituições para que, nas geografias em que Portugal detém uma experiência sólida e casos provados de sucesso, possamos participar ativamente na implementação destas ações de capacitação e apoio a estes países.

Com boas políticas e vontade de cooperar além-fronteiras, podemos e devemos aproveitar as novas tecnologias para melhorar o bem-estar, beneficiando de forma plena e segura da era digital.

Muito obrigado.